

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 346/XV/1.ª

**RECOMENDA AO GOVERNO QUE PROMOVA A COMPETITIVIDADE DAS
REGIÕES DO INTERIOR ATRAVÉS DO INVESTIMENTO NO PATRIMÓNIO,
CULTURA E DESPORTO**

Há muito que a economia e a população do Continente português se concentram nas zonas mais litorais e nas maiores cidades, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O último recenseamento da população é bem prova do efeito avassalador da perda demográfica de muitos territórios, que, progressivamente, se vão tornando mais sombrios, inóspitos e sós: Mértola, que nos anos sessenta tinha mais de 26 mil habitantes, tem hoje apenas pouco mais de 6 mil; Montalegre tinha, em 1960, mais de 32 mil residentes e não chega hoje aos 10 mil...

A concentração populacional e económica tem consequências graves para o País, como um todo. Por um lado, a desertificação humana de áreas cada vez mais extensas daquilo a que, por simplificação, podemos chamar “interior” desperdiça recursos e abre a porta ao abandono progressivo do meio rural e das aldeias e vilas mais pequenas, situação que acentua um círculo vicioso do qual se torna cada vez mais difícil sair: porque as pessoas saem, as atividades económicas não se aguentam, reduzindo as oportunidades e incentivando a saída de ainda mais gente.

Por outro lado, a concentração das pessoas no litoral e nas maiores zonas metropolitanas gera, nesses locais, dinâmicas que atraem ainda mais pessoas, mais oportunidades e mais empregos. A concentração faz, porém, crescer fenómenos de congestionamento urbano (trânsito, poluição, ruído, etc.) que reduzem fortemente a qualidade de vida das famílias, agravam os custos de construção e gestão de infraestruturas públicas e desencadeiam o disparo da pressão urbanística e do custo de bens essenciais como a habitação.

No curto prazo, o dinamismo dos territórios mais desenvolvidos e a afirmação de alguns polos metropolitanos de competitividade económica até poderia ter efeitos positivos para o conjunto do país, desde que arrastasse o desenvolvimento dos restantes territórios e aí alavancasse as oportunidades. Ao fim de quase 50 anos de democracia, porém, é preciso reconhecer que isso não aconteceu. Apesar do esforço que o país fez, através do forte investimento em infraestruturas feito pelo poder local, o fosso entre o desenvolvimento dos territórios tem aumentado, em vez de se reduzir, fazendo com que o País desperdice muitos recursos humanos, naturais, culturais e sociais. Ainda estamos a tempo de enfrentar este falhanço coletivo que está a estrangular o desenvolvimento do País mas, para isso, o reequilíbrio territorial do desenvolvimento tem de se tornar um desígnio nacional e tem de envolver um esforço significativo e persistente dos poderes e dos recursos públicos.

A gravidade da situação e a timidez dos resultados concretos das políticas dos últimos Governos mostram a importância de construir propostas novas e medidas arrojadas para o “interior”, em estreito contacto com os especialistas e os agentes políticos, económicos e sociais.

Por via desta iniciativa parlamentar, o PSD traz à Assembleia da República algumas intervenções de proximidade para garantir o acesso a serviços do Estado social e para melhorar o funcionamento das economias dos territórios do “interior”.

As propostas que se apresentam não têm a pretensão de constituir ainda a verdadeira reforma de que país precisa. Sendo intervenções parciais e de proximidade, elas contribuem, porém, para diminuir a hemorragia populacional e económica atual.

O artesanato é um setor de atividade que contribui poderosamente para o reforço de identidades locais e regionais, por envolver milhares de pequenos produtores, e que é, crescentemente, fator de estímulo para as economias das respetivas

áreas onde se insere, para o incremento e valorização do turismo e para a criação de emprego.

O Tapete de Arraiolos, nomeadamente, constitui uma das expressões mais genuínas do artesanato regional, com destaque nacional e internacional.

Nos últimos anos a produção de tapetes com as técnicas do bordado de Arraiolos, alastrou a noutros pontos do País e até ao estrangeiro por via da migração de muitas mulheres alentejanas. Por ausência de certificação nacional e internacional que garanta a qualidade e a origem do Tapete de Arraiolos, vulgarizou-se a contrafação que defrauda o consumidor e que prejudica o artesanato regional e nacional.

Impõe-se, portanto, a criação de um instrumento legal que defenda e valorize o Tapete de Arraiolos criando os mecanismos para a sua classificação, denominação de origem e certificação com base na qualidade e preceitos técnicos de produção.

Também o nosso património histórico e arqueológico, merece uma atenção que não tem tido. A Anta Grande do Zambujeiro, nomeadamente, representa um potencial turístico, económico e de investigação científica que não deve ser desconsiderado. Situada na Herdade do Sobralinho e anexas, no concelho de Évora, esta é a maior anta conhecida na Península Ibérica, classificada como monumento nacional desde 1971. Apesar da classificação, é hoje evidente o estado de degradação do Monumento e da respetiva infraestrutura de apoio/conservação.

O investimento nos territórios de baixa densidade deve ser um desígnio, também no desporto, atividade indispensável para os jovens e seus pares. Ora, apesar da falta de investimento do Governo, são vários os exemplos de atletas que

obtêm resultados singulares a nível nacional e internacional, devido ao seu esforço e ao de muitos dirigentes desportivos.

A instalação de um Centro de Alto Rendimento Desportivo em Évora, dotado das diferentes valências previstas e articulando investigação e desenvolvimento, por exemplo, com a Universidade de Évora tem potencial para se constituir como um novo polo de desenvolvimento com impacto na economia local, potenciando as atividades dos vários clubes desportivos da cidade e da região.

Pelo exposto, os(as) Deputados(as) do PSD, abaixo-assinados, propõem nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, que a Assembleia da República resolva recomendar ao Governo as seguintes medidas:

- 1- Cumpra, com a maior brevidade possível, o estipulado na Lei n.º 7/2002 que cria o Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos, nomeadamente a nomeação da Comissão Instaladora e a aprovação dos respetivos Estatutos, de acordo com o disposto da Resolução da Assembleia da República n.º 164/2016, de 3 de agosto.
- 2- Proceda à equiparação do regime contributivo das bordadeiras da Madeira às tapeteiras de Arraiolos, para efeitos de regime contributivo especial, bem como no que diz respeito à idade de acesso à pensão de velhice.
- 3- Cumpra o estipulado na Portaria 27/2021, no sentido de garantir as medidas de salvaguarda de carácter preventivo junto à Anta Grande do Zambujeiro.
- 4- Execute um Plano de Intervenção Urgente que contemple as ações de conservação e reforço estrutural, reposição da mamoa e outras intervenções defendidas pelo LNEC, a DRCALEN e outros especialistas e investigadores, por forma a garantir a imediata conservação e valorização da Anta Grande do Zambujeiro.;



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

- 5- Desenvolva, juntamente com o proprietário, um Projeto de Valorização da Anta Grande do Zambujeiro, que contemple as infraestruturas de apoio e criação de circuito de visitação, garantindo a sua salvaguarda e conservação;
- 6- Crie um Centro de Alto Rendimento no distrito de Évora, concretizando o desígnio da coesão territorial.

Palácio de São Bento, 1 de maio de 2023

As(Os) Deputadas(os),

Luís Gomes

Sónia Ramos

Sofia Matos

João Paulo Barbosa de Melo

Fátima Ramos

Isaura Morais

Firmino Marques

Firmino Pereira

Germana Rocha

Maria Gabriela Fonseca

Francisco Pimentel

Guilherme Almeida

Joana Barata Lopes

João Prata

Jorge Paulo Oliveira

José Silvano

Miguel Santos

Clara Marques Mendes



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Nuno Carvalho
Helga Correia
Alexandre Poço
Carla Madureira
Fernanda Velez
Paulo Rios de Oliveira
João Montenegro
Cláudia Bento
João Barreiras Duarte
Inês Barroso
Maria Emília Apolinário
Rui Vilar
Cristiana Ferreira
Pedro Melo Lopes
Cláudia André
Emília Cerqueira
Fernando Negrão
Márcia Passos
Paulo Moniz
Jorge Salgueiro Mendes
Lina Lopes
António Maló de Abreu
Artur Soveral Andrade
André Coelho Lima
Afonso Oliveira
Patrícia Dantas
Francisco Pimentel